



PROCESSO Nº	:	21.732-8/2018
ASSUNTO	:	Representação de Natureza Interna - RNI
REPRESENTADO	:	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá
REPRESENTANTE	:	Secretaria de Controle Externo de Administração Municipal
RESPONSÁVEL	:	Juares Silveira Samaniago – Secretário Municipal
RELATORA	:	Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques
AUDITOR	:	Paulo André Abreu Pereira

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Representação de Natureza Interna proposta com base nos fatos relatados na Denúncia-Ouvidoria, protocolada na Ouvidoria deste Tribunal por meio do Chamado nº 611 (Processo nº 137944/2018), em desfavor do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá, senhor Juares Silveira Samaniago.

Os fatos narrados pelo comunicante foram os seguintes:

Informo que a secretaria de meio ambiente de desenvolvimento urbano tem desde meados do ano de 2017 executada a contratação, de forma muito suspeita por intermédio do Diretor Administrativo - DAF Carlos Caetano as seguintes irregularidades:

1- Aquisição de material e equipamentos contratados aparentemente sem licitação, para a reforma do banheiro e para equipar a secretaria.

2- Contratação também de empresa para o fornecimento de mão de obra de arquiteto e engenheiro para a análise de projeto, emissão de licenciamento, alvará, regularização de obras, etc. Essa ação da secretaria há diversos indícios de irregularidades, pelos seguintes fatos:





- a) A empresa que forneceu a mão de obra já possui mais de 10 contratos com a prefeitura em andamento, suspeita de direcionamentos de licitação e apadrinhamento e desvio de objeto, uma vez que o processo de contratação foi extremamente rápido.*
- b) Foi por diversas vezes comentado que o dinheiro foi pago do Fundo de Meio Ambiente, sendo que o dinheiro foi repassado para a empresa e ela não repassou para os contratados (ficaram mais de 40 dias sem receber, emitiram nota para a empresa e não receberam).*
- c) Pode haver contratação de empresa de mão de obra sem capacidade técnica, já que se trata de serviço de engenharia?*
- d) Serviço de análise de licenciamento é a atividade finalística da secretaria, pode ser objeto de terceirização, trata-se inclusive de poder de polícia, e função exclusiva de funcionários concursados, pois já há esse cargo, estando, portanto fazendo a mesma função dos concursados. Não houve nem sequer processo seletivo, as pessoas apareceram literalmente "de paraquedas" sem também treinamento.*
- e) A atividade de licenciamento além de ser uma atividade típica e finalística (exclusiva da secretaria, não é uma atividade instrumental ou de apoio (como serviço de limpeza) é uma função de extrema importância e delicada que, precisa ser regada pelo princípio da impessoalidade e do interesse público, não podendo estar sob o poder de interesses de determinados gestores com interesses políticos, partidários e econômicos, podendo dessa forma haver interesse em se beneficiar determinados setores. Dessa forma, a irregularidade estaria muito além do princípio constitucional do concurso público.*
- f) Pode haver destinação dos recursos do Fundo para essas finalidades?*

A verificação dos fatos denunciados foi realizada na sede do fiscalizado em atendimento a Ordem de Serviço nº 3686/2018 e em consonância com as normas e os procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, bem como aos critérios compreendidos na legislação vigente.

Dessa verificação, a equipe técnica encontrou as seguintes irregularidades relacionadas em relatório:





Responsável

JUARES SILVEIRA SAMANIEGO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

1) GB01 LICITAÇÃO_GRAVE_01. Não-realização de processo licitatório, nos casos previstos na Lei de Licitações (art. 37, XXI, da Constituição Federal; arts. 2º, caput, 89 da Lei nº 8.666/1993).

1.1) Não realização de chamamento público para realização de reforma e benfeitorias sem ônus para a Administração (artigo 37, XXI, da Constituição Federal; arts. 2º, caput, 89 da Lei nº 8.666/1993). - Tópico - 2. ANÁLISE TÉCNICA

1.2) Aquisição de equipamentos de informática para a SMADES, sem licitação (artigo 2º da Lei Municipal nº 6.183/2017 c/c arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993). - Tópico - 2. ANÁLISE TÉCNICA

2) GB13 LICITAÇÃO_GRAVE_13. Ocorrência de irregularidades nos procedimentos licitatórios (Lei 8.666/1993; Lei 10.520/2002; legislação específica do ente).

2.1) Indícios de direcionamento na contratação de OSCIP para fornecimento de mão de obra para prestação de serviços de engenharia visando a análise de projeto, emissão de licenciamento, alvará, regularização de obras (artigos 24, 25 e 30 da Lei 8.666/1993 c/c Lei nº 9790/99 e Decreto nº 3100/99). - Tópico - 2. ANÁLISE TÉCNICA

3) GB17 LICITAÇÃO_GRAVE_17. Ocorrência de irregularidades relativas às exigências de qualificação técnica das licitantes (art. 30 da Lei 8.666/1993).

3.1) Contratação de OSCIP para prestação de serviços de engenharia sem a comprovação de capacidade técnica (art. 30 da Lei 8.666/1993 c/c artigo 4º do artigo 62 da Lei 8.666/93). - Tópico - 2. ANÁLISE TÉCNICA

4) JB06 DESPESAS_GRAVE_06. Desvio de finalidades na aplicação de recursos vinculados (art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar 101/2000).

4.1) Indícios de desvio de finalidade na aplicação de recursos do Fundo vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000). - Tópico - 2. ANÁLISE TÉCNICA





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: secex-contratacoes@tce.mt.gov.br

5) KB10 PESSOAL_GRAVE_10. *Não provimento dos cargos de natureza permanente mediante concurso público (art. 37, II, da Constituição Federal).*

5.1) Contratação indevida de OSCIP como instrumento para terceirização ilegal de mão de obra, com burla à regra de concurso público (Artigo 37 da CF). - Tópico - 2. ANÁLISE TÉCNICA

Citado o responsável, Sr. Juarez Silveira Samaniego, por meio do Ofício 514/2018/GCIJJM de 28/06/2018 e respeitado prazo regulamentar para a sua manifestação acerca das irregularidades a ele atribuídas, finalizando em 19/07/2018, não houve apresentação de defesa. Em ato contínuo, a Sra. Conselheira Interina Jaqueline Jacobsen Marques em Julgamento Singular de 23/07/2018 decidiu por declarar Revelia do Sr. Juarez Silveira Samaniego.

2. CONCLUSÃO

Diante da declaração de revelia proferida pela Conselheira Interina Relatora, ratifica-se a conclusão apresentada no Relatório Técnico de Auditoria (Documento digital 113971/2018) com a manutenção de todas as irregularidades.

É a análise.

Secretaria de Controle Externo de Contratações Públicas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em Cuiabá – MT, 20 de setembro de 2019.

PAULO ANDRÉ ABREU PEREIRA

Auditor Público Externo

